

27 de Julho de 2011

Resultados consolidados do Millennium bcp em 30 de Junho de 2011

DESTAQUES

- Resultado líquido consolidado de 88,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2011;
- Rácio Core Tier I situou-se em 8,5% e o rácio total em 10,5%;
- Margem financeira aumentou 14,6% face ao primeiro semestre de 2010, beneficiando dos crescimentos de 16,3% na actividade em Portugal e de 11,7% na actividade internacional;
- Comissões bancárias aumentaram 3,9%, face ao primeiro semestre de 2010; comissões totais líquidas diminuíram 1,0%;
- Custos operacionais reduziram 3,5% em base consolidada e 4,3% na actividade em Portugal, face ao primeiro semestre de 2010;
- Recursos totais de clientes aumentaram 1,5%, em base comparável, para 66.638 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, com os recursos de balanço de clientes a subirem 5,8%;
- Depósitos de clientes cresceram 3,2%, face a 30 de Junho de 2010, beneficiando dos desempenhos positivos tanto em Portugal como na actividade internacional;
- Carteira de crédito situou-se em 74.390 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, em base comparável; crédito a clientes em Portugal diminuiu para 56.863 milhões de euros em 30 de Junho de 2011 (61.040 milhões de euros em 30 de Junho de 2010);
- Rácio de crédito vencido há mais de 90 dias situou-se em 3,8% e o rácio de cobertura situou-se em 101,5%;
- Nos testes de resistência (*stress test*) efectuados a Bancos Europeus, o Millennium bcp obteve, no cenário mais adverso, um Core Tier I de 5,4%, superior aos 5% exigidos.

Lisboa, 27 de Julho de 2011

Recrudescimento da volatilidade pressiona a adopção de medidas de política económica excepcionais.

Europa de Leste e países africanos mantêm bom registo de actividade económica. Revisão positiva da notação de *rating* de Angola.

Abrandamento da actividade económica resulta em parte da adopção de políticas económicas mais restritivas.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A volatilidade regressou aos mercados financeiros no segundo trimestre de 2011 em resultado de indícios mais recorrentes de moderação da actividade económica mundial e da crise da dívida soberana. A adopção do plano de ajustamento económico e financeiro, acordado em Maio de 2011, representa o início de um novo ciclo para a economia portuguesa, condicionado pelo processo de correcção sustentada do endividamento excessivo, com implicações directas na evolução do negócio bancário e na estrutura do mercado. A Europa de Leste tem evidenciado alguma resistência à turbulência da periferia do euro, permitindo que a retoma económica nestes países tenha progredido a um bom ritmo. Destaca-se a consistência do crescimento na Polónia, acompanhado de pressões inflacionistas mais relevantes e concomitante reajustamento da política monetária, e a viragem do ciclo económico na Roménia, embora ainda não isento de riscos. A crescente procura mundial de matérias-primas de base e os multiplicadores típicos do processo de desenvolvimento económico suportam um clima económico mais favorável para as economias africanas, reflectindo-se, no caso de Angola, numa revisão positiva da notação de *rating*.

A actividade económica mundial tendeu a abrandar ao longo do segundo trimestre de 2011, decorrente de factores extraordinários pontuais, como o choque na cadeia produtiva derivado da tragédia no Japão; de factores conjunturais, designadamente a adopção progressiva de políticas monetárias mais restritivas; e de factores de índole mais estrutural, como seja a reformulação da política orçamental das economias desenvolvidas perante a necessidade de reposição de finanças públicas mais robustas a prazo. Na actualização do cenário macroeconómico mundial de Junho, o FMI projecta um crescimento vigoroso da economia mundial no biénio 2011-2012 (entre 4,0% a 4,5% ao ano) suportado no dinamismo das economias emergentes e da retoma, ainda que a um ritmo substancialmente mais moderado, dos países desenvolvidos. Não obstante, o FMI identifica um conjunto de riscos para este cenário, donde sobressai, por um lado, a resposta às pressões inflacionistas e aos riscos de sobrevalorização de alguns de activos nos mercados emergentes, e por outro, a redução gradual mas consistente dos níveis de endividamento dos países desenvolvidos mitigando o risco de retorno a uma conjuntura recessiva.

Na União Europeia verifica-se um elevado grau de assimetria no desempenho económico dos vários Estados membros, contrastando o vigor dos países do

Assimetria no desempenho económico entre Estados membros da UE. Portugal retorna a conjuntura recessiva com alguma persistência.

Clima de aversão ao risco proporciona redução de taxas de juro de dívida pública apesar de aumento das taxas de juro por parte do BCE.

Actividade bancária condicionada por condições de financiamento adversas e adopção do plano de ajustamento económico e financeiro para Portugal.

norte e leste da Europa com as debilidades dos países do sul. A economia portuguesa reentrou em recessão, que tenderá a prolongar-se dadas as restrições à despesa pública e privada.

A conjugação da incerteza quanto à sustentabilidade do crescimento económico, a crise da dívida soberana europeia e os riscos de sobreaquecimento de alguns mercados proporcionou o retorno da aversão ao risco e da preferência por activos financeiros e reais de natureza mais defensiva. Os principais índices accionistas mundiais desvalorizaram cerca de 5% no trimestre. O euro manteve-se relativamente estável face ao dólar mas depreciou-se face ao franco suíço e ao iene. Não obstante a decisão do BCE de aumentar a taxa principal de refinanciamento de 1,0% no final de 2010 para 1,5% em Julho de 2011, justificada pela melhoria da actividade global e pela inflação mais elevada, as taxas de juro de dívida pública de melhor *rating* desceram, beneficiando do estatuto de investimento de refúgio. Os anúncios recorrentes e materialmente relevantes de revisão de *ratings* soberanos ampliaram o clima de incerteza e a volatilidade dos mercados. Os prémios de risco soberano aumentaram de forma exponencial, reflectindo receios de incumprimento iminente, suscitando o reforço do plano original de assistência financeira para a Grécia, a solicitação de ajuda externa por Portugal e a reformulação da ajuda institucional europeia para mitigar impactos de natureza sistémica de maior gravidade.

A aplicação do plano de assistência financeira a Portugal condicionará a evolução do negócio bancário a médio prazo, quer de forma indirecta, através das medidas de ajustamento da actividade económica, quer de forma directa, com iniciativas específicas ao sector financeiro. Entre estas, destacam-se os objectivos muito exigentes em termos de requisitos mínimos de capital e de financiamento estável a prazo, conforme os planos submetidos pelos bancos às autoridades no final do trimestre. Deste modo, não se prevêem alterações substanciais na política de crédito muito selectiva, em função das disponibilidades de financiamento, do consumo de capital e do tipo de actividade, persistindo a pressão sobre a margem financeira derivada do esforço de captação e retenção de recursos. O plano de ajustamento económico e financeiro condicionará a política de crédito, a estratégia de financiamento e a gestão de balanço mas, em contrapartida, deverá consolidar a confiança e estabilidade do sistema financeiro ao disponibilizar alternativas excepcionais de financiamento e de recapitalização das instituições financeiras domésticas, caso o recurso a instrumentos de mercado se revele insuficiente.

Síntese de Indicadores

	Milhões de euros		Var.
	30 Jun. 11	30 Jun. 10	11 / 10
Balço			
Activo total	99.717	98.993	0,7%
Crédito a clientes ⁽¹⁾	74.390	78.176	-4,8%
Crédito a clientes (líquido) ⁽¹⁾	71.453	75.920	-5,9%
Recursos totais de clientes ^{(1) (2)}	66.638	65.632	1,5%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	51.791	48.955	5,8%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	45.473	44.072	3,2%
Resultados			
Resultado líquido	88,4	163,2	-45,8%
Margem financeira	807,7	705,0	14,6%
Produto bancário ⁽³⁾	1.265,2	1.487,6	-15,0%
Custos operacionais ⁽⁴⁾	749,5	776,9	-3,5%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	562,1	384,2	46,3%
Outras imparidades e provisões	4,2	114,2	-96,3%
Impostos sobre lucros			
Correntes	42,2	28,5	48,0%
Diferidos	(221,5)	(6,8)	
Interesses que não controlam	40,2	27,3	47,2%
Rendibilidade			
Produto bancário / Activo líquido médio ⁽⁵⁾	2,6%	3,1%	
Rendibilidade do activo médio (ROA) ⁽⁶⁾	0,3%	0,4%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Activo líquido médio ⁽⁵⁾	-0,1%	0,4%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	3,5%	6,6%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽⁵⁾	-1,8%	7,9%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽⁵⁾	5,4%	4,1%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽⁵⁾	1,7%	1,2%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	101,5%	105,1%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido total	94,3%	93,2%	
Rácios de eficiência			
Custos operacionais / Produto bancário ^{(5) (7)}	61,5%	52,2%	
Custos operacionais / Produto bancário (actividade em Portugal) ^{(5) (7)}	61,8%	46,2%	
Custos com o pessoal / Produto bancário ^{(5) (7)}	35,2%	28,5%	
Capital ⁽⁸⁾			
Fundos próprios totais	6.125	6.254	
Riscos ponderados	58.432	62.359	
Tier I	9,3%	8,6%	
Total	10,5%	10,0%	
Sucursais			
Actividade em Portugal	887	909	-2,4%
Actividade internacional	842	898	-6,2%
Colaboradores			
Actividade em Portugal	10.083	10.236	-1,5%
Actividade internacional	11.282	11.598	-2,7%

(1) Ajustado de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros, à data de 30 de Junho de 2011.

(2) Débitos para com clientes titulados e não titulados, activos sob gestão e produtos de capitalização.

(3) Margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos líquidos (de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal).

(4) Custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

(5) Calculado de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(6) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.

(7) Exclui impacto de itens específicos.

(8) Rácio de solvabilidade de acordo com o modelo de Notações Internas (IRB) em 30 de Junho de 2011 e de acordo com o método padrão em 30 de Junho de 2010.

Na divulgação de resultados do 1.º semestre de 2011, o Presidente do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, Carlos Santos Ferreira, salientou que, face à actual conjuntura, o Banco procedeu a uma redefinição da sua estratégia, cujas principais linhas de orientação são: o reforço dos níveis de solvabilidade e da solidez do balanço, a gestão do processo de desalavancagem para estabilizar as necessidades e a estrutura do financiamento, o reforço da liderança e dos níveis de rentabilidade do negócio em Portugal e o enfoque no portfólio internacional, com uma aposta nos mercados de África e de afinidade, a par do reposicionamento estratégico das operações europeias.

Até Junho de 2011 o resultado líquido consolidado foi de 88,4 milhões de euros, sendo de realçar:

- i) A conclusão do aumento do capital social em 1.370 milhões de euros com destaque para a elevada taxa de sucesso de conversão dos Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados de 99% e os níveis de procura de 1,64 vezes superior à oferta no aumento reservado a accionistas. Esta operação, concretizada num período inferior a três meses, permitiu o reforço dos rácios de solvabilidade, com o Core Tier I a atingir 8,5% e o Tier I 9,3%, em 30 de Junho de 2011;
- ii) O desempenho positivo do plano de liquidez do Banco, traduzido no aumento do portfólio de activos descontáveis em bancos centrais que se cifrou em 20,1 mil milhões de euros, em 30 de Junho de 2011;
- iii) A gestão do processo de desalavancagem com a redução do crédito a clientes em 4,8% e a subida dos recursos de clientes de balanço em 5,8%, traduzindo uma diminuição do *gap* comercial em 6,6 mil milhões de euros, face a 30 de Junho de 2010;
- iv) O reforço das dotações para imparidades de crédito motivadas pela desvalorização de colaterais financeiros, mantendo-se o rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias, superior a 100%, atingindo 101,5%, a 30 de Junho de 2011;
- v) O fortalecimento dos proveitos base com um acréscimo de 14,6% da margem financeira, fruto das iniciativas empreendidas ao nível do *repricing* do crédito, a par da redução dos custos operacionais em 3,5%, face ao semestre homólogo;

No âmbito das operações internacionais, o Presidente destacou:

- i) A importância crescente da actividade internacional para os resultados consolidados do Grupo, tendo o resultado líquido proveniente do exterior aumentado de 25,3 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2010 para 64,4 milhões de euros no mesmo período de 2011;
- ii) Os bons resultados alcançados pela operação polaca, que evidenciou um resultado líquido de 54,7 milhões de euros, no primeiro semestre de 2011, suportado pelo crescimento da margem financeira em 21,1% e das comissões em 3,5% face ao semestre homólogo.
- iii) A manutenção dos planos de expansão em Angola e Moçambique que registaram, no seu conjunto, um resultado líquido de 57,0 milhões de euros, a que correspondeu um acréscimo de 43,9% face ao semestre homólogo.

No plano estratégico, o Presidente evidenciou o reposicionamento da actuação do Banco, quer para a actividade doméstica, onde as principais iniciativas se centrarão no reforço da liderança em Portugal através do estabelecimento de um novo modelo de negócio a par de uma reestruturação da estrutura operativa, quer para a actividade internacional com a exploração de novos mercados de afinidade.

As nossas operações em Angola e Moçambique constituem-se como uma plataforma privilegiada para o crescimento em África, pelo que traçámos um plano de expansão ainda mais ambicioso. Este plano prevê a criação de uma Holding, para a qual será transferido o Banco Millennium Angola e que irá analisar novas oportunidades de negócio neste e noutros países africanos.

No âmbito do plano estratégico, o Millennium bcp irá também proceder a um reajustamento das operações europeias. Esta revisão estratégica focar-se-á na avaliação da criação de valor das várias opções possíveis, permitindo uma decisão futura sobre as respectivas participações sociais.

RESULTADOS E ACTIVIDADE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011

Tendo em consideração a conclusão da alienação da participação correspondente a 95% do capital social do Millennium Bank AS na Turquia, no dia 27 de Dezembro de 2010, e a venda da totalidade da rede de sucursais do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (EUA), da respectiva base de depósitos e de parte da carteira de crédito, no dia 15 de Outubro de 2010, as demonstrações financeiras consolidadas não são directamente comparáveis entre o primeiro semestre de 2011 e o primeiro semestre de 2010, considerando-se, no entanto, materialmente pouco relevante o impacto destas transacções nos resultados e na situação patrimonial do Grupo dada a reduzida dimensão destas operações no contexto da actividade consolidada.

RESULTADOS

O **resultado líquido consolidado** do Millennium bcp cifrou-se em 88,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, que compara com os 163,2 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2010. O comportamento do resultado líquido foi influenciado pela diminuição dos resultados em operações financeiras e pelo reforço das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações), beneficiando, no entanto, do menor nível de outras imparidades e provisões, dos impactos fiscais reportados, bem como do aumento da margem financeira e da redução dos custos operacionais, observados quer na actividade em Portugal, quer na actividade internacional.

A evolução do resultado líquido consolidado foi condicionada pelo desempenho da actividade em Portugal, atendendo a que se registou um crescimento dos resultados líquidos na actividade internacional. O resultado líquido da actividade em Portugal situou-se em 24,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2011 (137,9 milhões de euros em igual período de 2010), evidenciando a diminuição dos resultados em operações financeiras, o reforço das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações), os impactos fiscais apurados no âmbito do processo de reestruturação das participações financeiras do Grupo, o aumento da margem financeira e a redução dos custos operacionais.

O resultado líquido da actividade internacional aumentou para 64,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2011 (25,3 milhões de euros no período homólogo de 2010), impulsionado pelo crescimento da margem financeira, bem como pelos menores níveis de dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) e de custos operacionais. Esta evolução beneficiou da expansão dos volumes de negócio não obstante os investimentos em curso, tendo o resultado líquido evoluído favoravelmente na generalidade das subsidiárias, sendo que os contributos de maior relevância para o resultado consolidado do primeiro semestre de 2011 foram os gerados pelas subsidiárias na Polónia, em Moçambique e em Angola.

A **margem financeira** aumentou 14,6%, totalizando 807,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, face aos 705,0 milhões de euros apurados no período homólogo de 2010, potenciada pelos efeitos favoráveis tanto ao nível do volume de negócios como de evolução das taxas de juro. Este desempenho permitiu que a taxa de margem financeira se situasse em 1,77% no primeiro semestre de 2011, comparando favoravelmente com 1,61% apurada em igual período de 2010, traduzindo o enfoque na implementação de iniciativas visando a adequação dos preços aos perfis de risco dos clientes, num enquadramento de forte limitação no acesso a fontes de financiamento e de consequente maior selectividade na concessão de crédito.

A actividade em Portugal registou um aumento da margem financeira, suportado pelo crescimento dos activos geradores de juros e pelo efeito taxa de juro positivo, na sequência da adequação do preço ao custo do risco das operações de crédito contratadas com clientes, não obstante o impacto do aumento controlado do custo dos depósitos a prazo, induzido pelo esforço de captação de recursos junto da base de clientes. A evolução da margem financeira na actividade internacional foi impulsionada sobretudo pelo efeito taxa de juro positivo associado à subida das taxas de juro das operações, a par do efeito do aumento do volume de negócios, alicerçado no desempenho da generalidade das operações no exterior, em particular do Bank Millennium na Polónia, do Millennium bim em Moçambique e do Banco Millennium Angola.

BALANÇO MÉDIO

<i>Milhões de euros</i>	1º Sem. 11		1º Sem. 10	
	Saldo	Taxa %	Saldo	Taxa %
Aplicações em instituições de crédito	4.041	1,52	3.883	1,21
Activos financeiros	12.954	3,87	7.482	3,77
Créditos a clientes	73.729	4,17	74.852	3,43
	90.724		86.217	
Activos não correntes detidos para venda	-		924	6,84
Activos geradores de juros	90.724	4,01	87.141	3,40
Activos não geradores de juros	8.986		9.969	
	99.710		97.110	
Depósitos de instituições de crédito	20.346	1,50	10.483	1,54
Depósitos de clientes	46.303	2,65	45.888	1,91
Dívida emitida e passivos financeiros	20.990	2,15	28.306	1,46
Passivos subordinados	1.700	2,72	2.338	2,94
	89.339		87.015	
Passivos não correntes detidos para venda	-		838	4,33
Passivos geradores de juros	89.339	2,27	87.853	1,77
Passivos não geradores de juros	3.155		2.031	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	7.216		7.226	
	99.710		97.110	
Taxa de margem financeira ⁽¹⁾		1,77		1,61

(1) Relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de activos geradores de juros.

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em Junho de 2011 e de 2010, à respectiva rubrica de balanço.

As **comissões líquidas** atingiram 401,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, que comparam com os 405,0 milhões de euros relevados no primeiro semestre de 2010, reflectindo a evolução desfavorável das comissões relacionadas com mercados financeiros, especialmente das comissões associadas a operações sobre títulos, não obstante o crescimento de 3,9% das comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário, as quais foram potenciadas pelo comportamento positivo da generalidade das rubricas, designadamente das comissões relacionadas com operações de crédito e garantias, com o negócio de cartões e outras comissões, em especial as associadas a manutenção de contas e à solução "Cliente Freqüente".

As comissões líquidas foram influenciadas pelo menor nível de comissões relevado na actividade internacional, em particular na subsidiária a operar na Grécia, parcialmente mitigado pelo aumento de comissões líquidas obtidas nas operações desenvolvidas na Polónia, em Moçambique e em Angola, alicerçadas sobretudo nas comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário. Contudo, sublinha-se o desempenho positivo das comissões líquidas na actividade em Portugal, nomeadamente das comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário, suportado pelas comissões originadas na prestação de serviços bancários diversos e pelas comissões associadas a operações de crédito e garantias.

Os **resultados em operações financeiras**, que incluem os resultados em operações de negociação e de cobertura e os resultados em activos financeiros disponíveis para venda, totalizaram 21,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, que comparam com os 314,6 milhões de euros relevados no primeiro semestre de 2010. Este comportamento reflecte sobretudo a evolução dos resultados em operações de negociação e de cobertura, em particular as operações relacionadas com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor

através de resultados, induzida pelos instrumentos financeiros contabilizados ao *fair value option*, bem como pelos instrumentos detidos para negociação associados à carteira de títulos de rendimento fixo.

A evolução dos resultados em operações financeiras na actividade em Portugal evidencia a contabilização de ganhos relacionados com a deterioração do risco de crédito próprio do Banco, no montante de 44,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, que comparam com os 179,2 milhões de euros apurados em igual período de 2010, na sequência da subida dos *spreads* de mercado para operações com risco semelhante ao do Millennium bcp. Adicionalmente, os resultados em operações financeiras em Portugal, do primeiro semestre de 2011, reflectem o impacto negativo associado à venda de créditos, que ascendeu a 26,0 milhões de euros, bem como as perdas incorridas em Obrigações do Tesouro do Estado Português, no montante de 132,5 milhões de euros. Na actividade internacional, não obstante a evolução registada pelas operações desenvolvidas em Moçambique e na Polónia, os resultados em operações financeiras evidenciaram um comportamento favorável, beneficiando dos desempenhos alcançados pelas subsidiárias na Grécia e, em menor escala, na Roménia.

Os **outros proveitos de exploração líquidos**, que incorporam os outros proveitos de exploração, os outros resultados de actividades não bancárias e os resultados de alienação de subsidiárias e outros activos, cifraram-se em 10,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, que comparam com os 15,1 milhões de euros no período homólogo de 2010. Esta evolução, apesar de influenciada favoravelmente pela actividade em Portugal, como resultado do registo, no primeiro trimestre de 2011, de um ajuste de prémios de seguros relacionados com pensões, repercute fundamentalmente o desempenho da actividade internacional, embora mitigado pelo contributo positivo do Millennium bim em Moçambique.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

<i>Milhões de euros</i>	1º Sem. 11	1º Sem. 10	Var. 11/10
Comissões líquidas			
Comissões bancárias			
Cartões	91,5	89,8	1,8%
Crédito e garantias	89,9	85,4	5,3%
<i>Bancassurance</i>	37,7	37,2	1,2%
Outras comissões	117,5	111,7	5,3%
Subtotal comissões bancárias	<u>336,6</u>	<u>324,1</u>	3,9%
Comissões relacionadas com mercados			
Operações sobre títulos	38,8	54,3	-28,6%
Gestão de activos	25,7	26,6	-3,3%
Subtotal comissões com mercados	<u>64,5</u>	<u>80,9</u>	-20,3%
Total comissões líquidas	<u>401,1</u>	<u>405,0</u>	-1,0%
Resultados em operações financeiras	21,0	314,6	-93,3%
Outros proveitos de exploração líquidos	10,2	15,1	-32,4%
Rendimentos de instrumentos de capital	1,1	19,1	-94,2%
Resultados por equivalência patrimonial	24,0	28,9	-16,9%
Total outros proveitos líquidos	<u>457,4</u>	<u>782,7</u>	-41,5%
Outros proveitos / Produto bancário ⁽¹⁾	36,2%	52,6%	

(1) Calculado de acordo com Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

Os **resultados por equivalência patrimonial**, que incluem os resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional, totalizaram 24,0 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2011 (28,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2010). Os resultados por equivalência patrimonial incluem essencialmente a apropriação de resultados decorrente da participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas, cujo resultado

líquido evidenciou, não obstante a desvalorização das carteiras de investimento materializada no segundo trimestre de 2011, uma evolução favorável no primeiro semestre de 2011, face a igual período de 2010.

Os **custos operacionais**, que incluem os custos com o pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, reduziram 3,5%, situando-se em 749,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, face aos 776,9 milhões de euros apurados no período homólogo de 2010. Esta redução dos custos operacionais reflecte os decréscimos observados de 5,7% nos outros gastos administrativos, de 1,6% nos custos com o pessoal e de 7,0% nas amortizações do exercício, beneficiando dos desempenhos quer da actividade em Portugal, quer da actividade internacional. O rácio de eficiência consolidado, em base comparável, situou-se em 61,5% no primeiro semestre de 2011 (52,2% apurados no primeiro semestre de 2010), enquanto que na actividade em Portugal fixou-se em 61,8% no primeiro semestre de 2011 (46,2% em igual período de 2010).

Na actividade em Portugal, os custos operacionais diminuíram 4,3%, beneficiando das poupanças alcançadas em outros gastos administrativos, com destaque para os menores custos relacionados com estudos e consultas, publicidade, *outsourcing*, energia, outros serviços especializados e comunicação, bem como da redução dos custos com o pessoal e do menor nível de amortizações do exercício. Adicionalmente, na actividade internacional, os custos operacionais registaram também uma evolução favorável, repercutindo essencialmente o impacto dos custos operacionais relevados no primeiro semestre de 2010 relacionados com as operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram parcialmente alienadas no final de 2010, o que mais do que compensou o aumento dos custos operacionais registado nas subsidiárias da Polónia, de Angola e de Moçambique, em consonância com os planos de negócio implementados nestes mercados.

Os **custos com o pessoal** cifraram-se em 417,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, evidenciando um decréscimo de 1,6%, face aos 424,2 milhões de euros relevados em igual período de 2010. Esta evolução foi favoravelmente influenciada pela redução de 0,9% apurada na actividade em Portugal, induzida pelos menores custos com pensões, suportados pela anulação de provisões registada no primeiro trimestre de 2011, no montante de 31,4 milhões de euros, não obstante os custos com reformas antecipadas, no montante de 3,4 milhões de euros, contabilizados no segundo trimestre de 2011. Por seu turno, os custos com o pessoal na actividade internacional beneficiaram do efeito da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América que ocorreu no final de 2010, mais do que anulando os crescimentos dos custos registados pelas subsidiárias na Polónia, em Angola e em Moçambique, denotando nestas últimas o aumento do número de colaboradores em 157 e 166, respectivamente, entre 30 de Junho de 2010 e de 2011, em linha com os planos de expansão da actividade em curso nestas geografias.

Os **outros gastos administrativos** diminuíram 5,7%, situando-se em 284,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, face aos 301,1 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2010, beneficiando sobretudo das poupanças alcançadas nos gastos relacionados com publicidade, estudos e consultas, comunicações, *outsourcing* e outros serviços especializados. Os outros gastos administrativos foram especialmente influenciados pela redução de 8,9% na actividade em Portugal, face ao primeiro semestre de 2010, consubstanciando o impacto de iniciativas que têm vindo a ser implementadas visando a melhoria da eficiência, com enfoque na racionalização e contenção dos custos operacionais.

Na actividade internacional, os outros gastos administrativos diminuíram 1,4%, cifrando-se em 128,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2011 (130,6 milhões de euros relevados em igual período de 2010), repercutindo, por um lado, o efeito da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América que ocorreu no final de 2010, e, por outro, os menores gastos apurados pelo Millennium bank na Grécia, na sequência do redimensionamento da rede de distribuição, que mais do que contrariaram os aumentos evidenciados pelas subsidiárias na Polónia, em Angola e em Moçambique, reflectindo o enfoque estratégico nestes mercados, em particular a prossecução dos planos de expansão nos mercados de afinidade.

As **amortizações do exercício** reduziram 7,0%, situando-se em 47,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, face aos 51,6 milhões de euros apurados em igual período de 2010, essencialmente como resultado do menor nível de amortizações relevado na actividade em Portugal (-9,8%), repercutindo o gradual termo do período de amortização de investimentos realizados, nomeadamente as amortizações associadas a equipamentos e a imóveis, possibilitando mais do que compensar o acréscimo de amortizações do exercício relacionadas com *software*, acompanhando a dinâmica do processo de renovação tecnológica.

Na actividade internacional as amortizações do exercício situaram-se em 23,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, evidenciando uma redução de 3,8% face aos 24,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2010. Esta evolução beneficiou do menor nível de amortizações relevado pelo Bank Millennium na Polónia, não obstante o aumento das amortizações do exercício nas subsidiárias em Moçambique e em Angola, induzido pelos investimentos realizados de suporte à expansão da actividade nestes mercados.

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros	1º Sem. 11	1º Sem. 10	Var. 11/10
Custos com o pessoal ⁽¹⁾	417,6	424,2	-1,6%
Outros gastos administrativos	284,0	301,1	-5,7%
Amortizações do exercício	47,9	51,6	-7,0%
	<u>749,5</u>	<u>776,9</u>	-3,5%
dos quais:			
Actividade em Portugal	459,5	480,0	-4,3%
Actividade internacional	290,0	296,9	-2,3%
Custos operacionais / Produto bancário ^{(2) (3)}	61,8%	46,2%	

(1) Inclui a anulação de provisões no primeiro trimestre de 2011 relacionadas com pensões de reforma, no montante de 31,4 milhões de euros, e a contabilização no segundo trimestre de 2011 de custos relacionados com reformas antecipadas, no montante de 3,4 milhões de euros.

(2) Actividade em Portugal. Calculado de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(3) Exclui impacto de itens específicos.

A imparidade do crédito (líquida de recuperações) totalizou 562,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, que compara com os 384,2 milhões de euros apurados no período homólogo de 2010, como consequência do reforço das dotações para imparidade do crédito na actividade em Portugal, reflectindo o contexto económico-financeiro particularmente adverso e afectando diversos sectores de actividade, com impacto na carteira de crédito com sinais de imparidade induzido pela subida dos níveis de incumprimento, não obstante o enfoque no reforço dos mecanismos de prevenção e de controlo e gestão do risco. Por seu turno, na actividade internacional, influenciada sobretudo pelos desempenhos favoráveis das subsidiárias na Polónia e na Suíça, registou-se, no primeiro semestre de 2011, uma diminuição do nível de imparidade do crédito (líquida de recuperações) face aos primeiros seis meses de 2010.

O custo do risco, avaliado pela proporção das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) em função da carteira de crédito, situou-se em 147 pontos base no primeiro semestre de 2011 (98 pontos base no primeiro semestre de 2010).

As outras imparidades e provisões, que incorporam as dotações para imparidades de outros activos, entre os quais os activos recebidos em dação não totalmente cobertos por garantias, a imparidade do *goodwill* e as outras provisões, cifraram-se em 4,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, que comparam com os 114,2 milhões de euros apurados no período homólogo de 2010. A evolução das outras imparidades e provisões reflecte o reconhecimento de uma imparidade no montante de 73,6 milhões de euros, registada no segundo trimestre de 2010, relacionada com o *goodwill* do Millennium bank na Grécia, e o impacto líquido entre as dotações e a anulação de provisões relacionadas, nomeadamente, com dações e outras contingências.

Os impostos correntes sobre lucros totalizaram 42,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, comparando com os 28,5 milhões de euros relevados no período homólogo de 2010. Por seu turno, os impostos diferidos sobre lucros cifraram-se em -221,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2011 (-6,8 milhões de euros em igual período de 2010), decorrente fundamentalmente dos impactos fiscais apurados no âmbito do processo de reestruturação das participações financeiras do Grupo.

BALANÇO

O **activo total** consolidado situou-se em 99.717 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, que compara com os 98.993 milhões de euros apurados em igual data de 2010.

O **crédito a clientes** (bruto), em base comparável (ajustado de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros, em 30 de Junho de 2011), totalizou 74.390 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, evidenciando uma contracção de 4,8%, face aos 78.176 milhões de euros relevados em 30 de Junho de 2010. A evolução do crédito a clientes reflecte fundamentalmente o desempenho da actividade em Portugal, a qual registou uma diminuição de 6,8% face ao final de Junho de 2010, enquanto que na actividade internacional verificou-se um acréscimo no crédito a clientes de 2,3% no mesmo período, suportado fundamentalmente pelos desempenhos das subsidiárias na Polónia, em Angola e em Moçambique.

O comportamento do crédito a clientes foi influenciado sobretudo pelo crédito a empresas que se cifrou em 38.793 milhões de euros em 30 de Junho de 2011 em base comparável (43.301 milhões de euros em igual data de 2010), reflectindo quer a venda de créditos, quer o abrandamento na concessão de crédito, mantendo-se, no entanto, como a principal componente da carteira de crédito a clientes, representando 52% do crédito total. A carteira de crédito concedido a clientes particulares aumentou 2,1% face ao final de Junho de 2010, totalizando 35.597 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, reflectindo o desempenho do crédito hipotecário (+3,3%), induzido sobretudo pela actividade internacional mas também pela actividade em Portugal, enquanto que a carteira de crédito ao consumo reduziu em 5,3% face ao final de Junho de 2010, influenciada pelo decréscimo observado na actividade em Portugal.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

<i>Milhões de euros</i>	30 Jun. 11	30 Jun. 10	Var. 11 / 10
Particulares			
Crédito hipotecário	30.930	29.945	3,3%
Crédito ao consumo	4.667	4.930	-5,3%
	<u>35.597</u>	<u>34.875</u>	2,1%
Empresas			
Serviços ⁽¹⁾	15.313	17.408	-12,0%
Comércio	4.680	4.988	-6,2%
Construção	5.318	5.210	2,1%
Outros	13.482	15.695	-14,1%
	<u>38.793</u>	<u>43.301</u>	-10,4%
Total ⁽¹⁾	<u>74.390</u>	<u>78.176</u>	-4,8%
Do qual:			
Actividade em Portugal ⁽¹⁾	56.863	61.040	-6,8%
Actividade internacional	17.527	17.136	2,3%

(1) Ajustado de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros, à data de 30 de Junho de 2011.

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada com base nos indicadores de incumprimento, em especial pela proporção do crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 3,8% em 30 de Junho de 2011 (2,7% em igual data de 2010), traduzindo o agravamento das condições económicas e financeiras das famílias e das empresas, tendo o mencionado rácio situado-se em 2,2% no segmento de clientes particulares, influenciado fundamentalmente pelo crédito ao consumo, e em 5,2% no segmento de empresas. O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidade situou-se em 101,5% em 30 de Junho de 2011.

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 30 DE JUNHO DE 2011

<i>Milhões de euros</i>	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/ CV>90 dias)
Particulares				
Crédito hipotecário	224	185	0,7%	82,6%
Crédito ao consumo	545	451	11,7%	82,8%
	<u>769</u>	<u>636</u>	2,2%	82,7%
Empresas				
Serviços	660	789	3,8%	119,6%
Comércio	358	288	7,7%	80,4%
Construção	519	378	9,8%	72,8%
Outros	587	845	4,4%	143,9%
	<u>2.124</u>	<u>2.300</u>	5,2%	108,3%
Total	<u>2.893</u>	<u>2.936</u>	3,8%	101,5%

Os **recursos totais** de clientes aumentaram 1,5%, em base comparável (ajustados de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros, em 30 de Junho de 2011), ascendendo a 66.638 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, face aos 65.632 milhões de euros apurados no final de Junho de 2010. Este desempenho beneficiou do crescimento de 5,8% dos recursos de balanço de clientes, impulsionado pelo comportamento dos depósitos de clientes (+3,2%), os quais representavam 68% dos recursos totais de clientes no final de Junho de 2011, bem como dos débitos para com clientes titulados, mais do que contrariando o desempenho dos recursos fora de balanço de clientes (-11,0%).

O crescimento dos recursos totais de clientes reflecte o aumento de 5,2% na actividade internacional, atingindo 16.528 milhões de euros em 30 de Junho de 2011 (15.710 milhões de euros relevados em igual data de 2010), influenciados sobretudo pelo desempenho alcançado pelo Bank Millennium na Polónia, suportado tanto nos recursos de balanço como nos recursos fora de balanço de clientes, a par do crescente dinamismo evidenciado quer pelo Banco Millennium Angola, quer pelo Millennium bim em Moçambique, na captação de depósitos de clientes. Paralelamente, os recursos totais da actividade em Portugal cresceram 0,4%, em base comparável, totalizando 50.110 milhões de euros em 30 de Junho de 2011 (49.922 milhões de euros em 30 de Junho de 2010), beneficiando da evolução dos recursos de balanço de clientes, reflectindo o efeito das iniciativas implementadas visando o reforço da componente estável de financiamento (*stable funding*) do Banco, em conjugação com uma maior apetência dos clientes pelos tradicionais depósitos a prazo, num contexto de incerteza e forte volatilidade nos mercados de capitais.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

<i>Milhões de euros</i>	30 Jun. 11	30 Jun. 10	Var. 11 / 10
Recursos de balanço de clientes			
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	45.473	44.072	3,2%
Débitos para com clientes titulados ⁽²⁾	6.318	4.883	29,4%
	<u>51.791</u>	<u>48.955</u>	5,8%
Recursos fora de balanço de clientes			
Activos sob gestão	4.234	4.882	-13,3%
Produtos de capitalização ⁽³⁾	10.613	11.795	-10,0%
	<u>14.847</u>	<u>16.677</u>	-11,0%
Total ⁽¹⁾	<u>66.638</u>	<u>65.632</u>	1,5%
dos quais:			
Actividade em Portugal ⁽¹⁾	50.110	49.922	0,4%
Actividade internacional	16.528	15.710	5,2%

(1) Ajustado de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros, à data de 30 de Junho de 2011.

(2) Emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

(3) Inclui Unit linked e Planos poupança reforma.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

O primeiro semestre de 2011 comportou dois períodos distintos: um primeiro, até à emergência da crise política nacional - coincidindo, na prática, com o primeiro trimestre -, em que, num quadro de relativa estabilidade macro-económica, foi possível cumprir parcialmente o Plano de Liquidez para 2011; e um segundo período, no qual o acesso aos mercados de financiamento e a gestão de colateral foram fortemente condicionados pelos efeitos da crise política, em particular pelo *downgrade* da dívida soberana portuguesa para a categoria BBB, a que se seguiu o da dívida privada (quer de instituições financeiras quer de *corporates*).

Até final do primeiro trimestre foi possível ao Millennium bcp dar cumprimento ao propósito de diversificação das fontes de financiamento, tendo o saldo de repos (de curto-prazo) atingido o montante objectivo de 1,5 mil milhões de euros (saldo nulo em 31 de Dezembro de 2010). Apesar do fecho persistente dos mercados de papel comercial e de capitais, inviabilizando a prossecução dos objectivos de emissão de dívida definidos, a exposição líquida do Millennium bcp ao Banco Central Europeu (BCE) foi reduzida para 14,7 mil milhões de euros em 31 de Março de 2011 (14,9 mil milhões de euros no final de 2010). O reforço e gestão adequada da pool de colateral elegível permitiu mais do que compensar o impacto da alteração de critérios dos haircuts e de elegibilidade de activos (redução conjunta de 0,7 mil milhões de euros), em particular por via de obrigações hipotecárias do BII no montante de 0,9 mil milhões de euros.

No início de Abril, em resposta à emergência da crise política nacional, o Banco concebeu e implementou um novo plano de liquidez, tendo como objectivos uma mais rápida redução das necessidades de financiamento em mercado e a sustentabilidade do portfolio de colateral elegível junto do BCE enquanto factor mitigador do risco de liquidez, com efeitos sensíveis já no segundo trimestre, em particular a aceleração do esforço de desalavancagem e melhoria do *gap* comercial (através da venda selectiva de activos e da internalização de recursos fora de balanço) e o reforço do colateral elegível junto do BCE. Paralelamente, o Millennium bcp continuou a prosseguir os objectivos definidos no Plano de Liquidez para 2011, no âmbito do qual decorreu, no segundo trimestre de 2011, a realização de dois *equity swaps* inovadores, no montante global de 66 milhões de euros.

O fecho dos mercados de curto-prazo (com excepção do mercado monetário interbancário) traduziu-se numa redução do recurso a papel comercial e a repos em final de semestre, concentrando-se exclusivamente no recurso ao BCE a resposta às necessidades de refinanciamento ocorridas no segundo trimestre, que ascenderam a 2,1 mil milhões de euros, tendo a exposição ao BCE cifrado-se em 15,0 mil milhões de euros, mantendo-se, deste modo, em linha com a verificada no final dos trimestres anteriores, reflectindo já o impacto das medidas de contingência entretanto executadas. Por seu turno, a carteira de títulos elegíveis para colateral em eventuais operações de financiamento junto de Bancos Centrais situou-se em 20,1 mil milhões de euros em 30 de Junho de 2011.

CAPITAL

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adopção de metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da actividade em Portugal e com efeitos a 31 de Dezembro de 2010.

No final do segundo trimestre de 2011, o rácio Core Tier I consolidado ascendeu a 8,5% e os rácios Tier I e Total fixaram-se, respectivamente, em 9,3% e em 10,5%.

O rácio Core Tier I melhorou 178 pontos base no segundo trimestre de 2011, impulsionado pelo aumento de capital concretizado no trimestre, no montante total de 1,25 mil milhões de euros, do qual: (i) 990,1 milhões de euros, por entradas em espécie de 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal; (ii) 259,9 milhões de euros, por aumento de capital reservado a accionistas, no exercício dos respectivos direitos de preferência.

Os riscos ponderados mantiveram-se em linha com o final do trimestre anterior, apesar do aumento de cerca de 1,3 mil milhões de euros registado em consequência do *downgrade* do *rating* da República, o qual foi anulado pelo decréscimo dos riscos da actividade do Grupo, que resultou maioritariamente da redução das exposições com risco de crédito no âmbito do processo de *deleveraging* em curso.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

<i>Milhões de euros</i>	30 Jun. 11	31 Mar. 11
Fundos Próprios		
Base	5.441	5.392
dos quais: Acções preferenciais e “Valores”	945	1.933
Outras deduções ⁽¹⁾	(453)	(446)
Complementares	810	722
Deduções aos Fundos Próprios Totais	<u>(125)</u>	<u>(117)</u>
Total	<u>6.125</u>	<u>5.997</u>
Riscos Ponderados	58.432	58.400
Rácios de Solvabilidade		
Core Tier I	8,5%	6,7%
Tier I	9,3%	9,2%
Tier II	1,2%	1,1%
Total	10,5%	10,3%

(1) Inclui as deduções relacionadas com o diferencial de perdas esperadas face à imparidade e com a detenção de participações significativas no capital de instituições financeiras não consolidadas para efeitos prudenciais, nomeadamente as associadas às participações detidas na Millenniumbcp Ageas e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

Nota: O Banco de Portugal autorizou a utilização dos métodos de notações internas (IRB) para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, com efeitos a 31 de Dezembro de 2010. Foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dado o incumprimento (IRB Advanced) para as exposições de retalho sobre pequenas empresas e colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (IRB Foundation) para as carteiras de empresas, em Portugal, excluindo as do segmento de promoção imobiliária e as tratadas pelo sistema de rating simplificado. No 1º semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avançado (modelo interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

SEGMENTOS

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas e de Private Banking & Asset Management.

Caracterização dos segmentos

O negócio da Banca de Retalho inclui a actividade de Retalho do Banco Comercial Português em Portugal, que actua como canal de distribuição dos produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo actua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam maiores perspectivas de crescimento.

O Retalho em Portugal inclui: (i) a Rede de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes *Mass-market*, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes *Prestige* e Negócios; e (ii) o ActivoBank, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores.

O negócio da Banca de Empresas inclui a Rede de Empresas em Portugal que funciona, no âmbito da estratégia de *cross-selling* do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento Corporate & Banca de Investimento. A Rede de Empresas em Portugal, serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados.

O segmento Corporate & Banca de Investimento inclui: (i) a Rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, na prestação serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de *Project finance*, *Corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *Equity research*, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e (iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

O segmento Private Banking & Asset Management, para efeitos de segmentos geográficos, engloba a rede de Private Banking em Portugal e as subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento que operam em Portugal. Em termos de segmentos de negócio inclui também a actividade do Banque Privée BCP e do Millennium bcp Bank & Trust.

O segmento Negócios no Exterior, para efeitos de segmentos geográficos, engloba as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente o Bank Millennium na Polónia, o Millennium bank na Grécia, o Banque Privée BCP na Suíça, a Banca Millennium na Roménia, o Millennium bim em Moçambique, o Banco Millennium Angola e o Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão. No primeiro semestre de 2010 faziam também parte deste segmento o Millennium bank na Turquia (operação parcialmente alienada em 27 de Dezembro de 2010) e o Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (operação parcialmente alienada em 15 de Outubro de 2010). Para efeitos de segmentos de negócios, o segmento Negócios no Exterior contempla as diferentes operações do Grupo fora de Portugal anteriormente referidas com excepção do Banque Privée BCP na Suíça e do Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão que, neste âmbito, fazem parte do segmento Private Banking & Asset Management.

Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas; na Grécia por uma operação centrada no retalho e baseada na oferta de produtos inovadores e elevados níveis de serviço; na Suíça pelo Banque Privée BCP, uma operação de Private Banking de direito suíço; e na Roménia por uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas; em Angola por um banco focado em clientes particulares, empresas e instituições do sector público e privado; e nas Ilhas Caimão pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais, na área de Private Banking, a clientes com elevado património financeiro (segmento *Affluent*).

Actividade por segmentos

Os valores reportados para cada segmento resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da demonstração de resultados, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afecto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se: (i) no primeiro semestre de 2010 o método padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito; e (ii) no primeiro semestre de 2011 o *IRB Advanced* para riscos de crédito da carteira de retalho relativos a pequenos negócios ou colateralizados por bens imóveis residenciais ou comerciais e *IRB Foundation* para o crédito a empresas, em Portugal, excepto promotores imobiliários e entidades do sistema de *rating* simplificado. A afectação de capital a cada segmento, no primeiro semestre de 2010 e de 2011, resultou da aplicação de 6,5% aos riscos geridos por cada um dos segmentos.

Na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal, foi adoptado, a partir de 2009, o método standard para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado e para riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

A informação referente ao primeiro semestre de 2010 encontra-se em base comparável com a informação reportada para o primeiro semestre de 2011 reflectindo a estrutura actual organizativa das áreas de negócio do Grupo referidas na Caracterização dos Segmentos anteriormente descritas.

As contribuições líquidas de cada segmento não estão deduzidas, quando aplicável, dos interesses que não controlam. Assim, os valores das contribuições líquidas apresentados reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 30 de Junho de 2011.

Retalho em Portugal

O Retalho em Portugal registou uma contribuição líquida negativa de 6,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, comparando com uma contribuição líquida positiva de 78,4 milhões de euros no período homólogo de 2010, reflectindo sobretudo o aumento das dotações para imparidade do crédito e a redução da margem financeira.

O aumento do volume dos depósitos a prazo e o crescimento das taxas de margem dos depósitos à ordem e a prazo não foi suficiente para compensar o menor volume de crédito concedido e a redução da taxa de margem financeira do crédito, determinando o desempenho da margem financeira no primeiro semestre de 2011.

A redução dos outros proveitos líquidos, face ao primeiro semestre de 2010, foi suportada pelo decréscimo das comissões, nomeadamente as relacionadas com operações de crédito, não obstante o aumento das comissões referentes a depósitos à ordem, produtos estruturados e seguros de risco.

As dotações para imparidade do crédito registaram uma subida no primeiro semestre de 2011, quando comparadas com o valor relevado no período homólogo de 2010, como resultado do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito na sequência da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao sector da construção e turismo.

O aumento registado nos custos operacionais decorre essencialmente de custos com pensões superiores relacionados, nomeadamente, com a amortização das diferenças actuariais acima do corredor e de maiores custos associados aos processos de recuperação de crédito.

O *gap* comercial apurado no final do primeiro semestre de 2011 evidenciou uma melhoria, reflectindo a estratégia de *deleveraging* em curso e beneficiando da diminuição do crédito a clientes de 4,3%. Esta redução do crédito a clientes foi influenciada pela diminuição do financiamento a empresas, do crédito à habitação, do crédito ao consumo e do *leasing* imobiliário.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 35.977 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, comparando com os 36.262 milhões de euros atingidos em 30 de Junho de 2010. No entanto, os depósitos de clientes evidenciaram um aumento de 1,8% em 30 de Junho de 2011, face a igual data de 2010, reflectindo o esforço comercial na captação de recursos.

Milhões de euros	30 Jun.11	30 Jun.10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	227,9	265,2	-14,1%
Outros proveitos líquidos	223,9	224,9	-0,4%
	451,8	490,1	-7,8%
Custos operacionais	343,9	335,3	2,6%
Imparidade	117,2	48,0	144,3%
Contribuição antes de impostos	(9,3)	106,8	-
Impostos	(2,5)	28,4	-
Contribuição líquida	(6,8)	78,4	-
Síntese de indicadores			
Capital afecto	984	1.298	-24,2%
Rendibilidade do capital afecto	-1,4%	12,2%	
Riscos ponderados	15.136	19.972	-24,2%
Rácio de eficiência	76,1%	68,4%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	32.704	34.187	-4,3%
Recursos totais de clientes	35.977	36.262	-0,8%

(1) Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Rede de Empresas

A rede de Empresas registou uma contribuição líquida negativa de 47,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, comparando com uma contribuição líquida positiva de 6,6 milhões de euros no período homólogo de 2010, e reflectindo o aumento das dotações para imparidade do crédito e a redução dos outros proveitos líquidos.

O bom desempenho da margem financeira, evidencia o efeito do aumento da taxa de margem dos depósitos à ordem e do crédito a clientes que suplantou o efeito da redução dos volumes de negócio. Para este desempenho foi crucial o enfoque na rentabilidade através, nomeadamente, do reforço do processo de *repricing* das operações de crédito, de modo a adequar o preço dos produtos ao perfil de risco de cada cliente.

A diminuição dos outros proveitos líquidos resulta do decréscimo das comissões associadas a serviços financeiros e ao negócio de empresas não residentes, apesar do aumento das comissões relacionadas com crédito por assinatura.

As dotações para imparidade do crédito registaram uma subida no primeiro semestre de 2011, quando comparadas com o valor relevado no período homólogo de 2010, como resultado do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito na sequência da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao sector da construção e turismo.

Pelo terceiro trimestre consecutivo verifica-se uma diminuição dos custos operacionais encontrando-se suportada nas medidas de simplificação organizativa e de optimização dos processos que têm vindo a ser implementadas de forma consistente, consubstanciada, nomeadamente, nas reduções observadas nos outros gastos administrativos.

O crédito a clientes diminuiu 4,9%, totalizando 9.715 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, que comparam com os 10.214 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, evidenciando a redução do financiamento em moeda nacional, do crédito à promoção imobiliária e do papel comercial.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 2.669 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, comparando com os 2.897 milhões de euros atingidos em 30 de Junho de 2010 e reflectem, essencialmente, a evolução desfavorável dos recursos fora de balanço.

<i>Milhões de euros</i>	30 Jun. 11	30 Jun. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	85,7	85,0	0,8%
Outros proveitos líquidos	36,6	43,7	-16,1%
	122,3	128,6	-4,9%
Custos operacionais	28,4	30,7	-7,3%
Imparidade	160,6	89,0	80,5%
Contribuição antes de impostos	(66,7)	9,0	-
Impostos	(19,4)	2,4	-
Contribuição líquida	(47,4)	6,6	-
Síntese de indicadores			
Capital afecto	635	643	-1,3%
Rendibilidade do capital afecto	-15,0%	2,1%	
Riscos ponderados	9.764	9.892	-1,3%
Rácio de eficiência	23,3%	23,8%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	9.715	10.214	-4,9%
Recursos totais de clientes	2.669	2.897	-7,9%

⁽¹⁾ Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Corporate & Banca de Investimento

O segmento Corporate & Banca de Investimento registou uma contribuição líquida negativa de 19,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, comparando com uma contribuição líquida positiva de 14,9 milhões de euros no período homólogo de 2010, como resultado do aumento das dotações para imparidade do crédito, da redução dos outros proveitos líquidos e do acréscimo dos custos operacionais.

O bom desempenho da margem financeira reflecte o efeito do aumento da taxa de margem dos depósitos à ordem e do crédito a clientes na sequência do enfoque na rentabilidade através do processo de *repricing*, promovendo a adequação do *spread* das operações ao respectivo risco e reforçando os mitigantes a elas associados.

O decréscimo dos outros proveitos líquidos decorre da diminuição dos resultados em operações financeiras, não obstante o aumento das comissões na rede Corporate, com destaque para as comissões associadas ao papel comercial, ao crédito e a serviços financeiros.

O aumento registado nos custos operacionais decorre essencialmente de custos com pensões superiores relacionados, nomeadamente, com a amortização das diferenças actuariais acima do corredor.

O reforço das dotações para imparidade do crédito registado no primeiro semestre de 2011, quando comparado com o período homólogo de 2010, resulta do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito na sequência da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao sector da construção e turismo.

Em conformidade com a prioridade estratégica de *deleverage*, o crédito a clientes diminuiu 7,8%, ao totalizar 12.392 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, comparando com os 13.445 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, determinado pela redução do financiamento em moeda nacional e do crédito à promoção imobiliária. Os recursos totais de clientes cresceram 14,7%, ascendendo a 12.587 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, comparando com 10.970 milhões de euros apurados em 30 de Junho de 2010 determinados por um aumento dos depósitos de clientes de 42,9%.

<i>Milhões de euros</i>	30 Jun. 11	30 Jun. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	108,0	93,7	15,2%
Outros proveitos líquidos	82,5	94,9	-13,1%
	190,4	188,7	0,9%
Custos operacionais	38,8	37,3	4,1%
Imparidade	179,0	131,1	36,6%
Contribuição antes de impostos	(27,4)	20,3	-
Impostos	(7,9)	5,4	-
Contribuição líquida	(19,4)	14,9	-
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.030	924	11,5%
Rendibilidade do capital afecto	-3,8%	3,3%	
Riscos ponderados	15.839	14.211	11,5%
Rácio de eficiência	20,4%	19,8%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	12.392	13.445	-7,8%
Recursos totais de clientes	12.587	10.970	14,7%

(1) Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Private Banking & Asset Management

O segmento Private Banking & Asset Management, considerando o critério de segmentação geográfica, registou uma contribuição líquida negativa de 15,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, comparando com uma contribuição líquida também negativa de 10,4 milhões de euros no período homólogo de 2010, determinada pelo aumento das dotações para imparidade do crédito e pelo decréscimo da margem financeira.

A redução da margem financeira reflecte a diminuição quer dos volumes de negócio quer das taxas de margem financeira dos recursos a prazo e do crédito a clientes, não obstante o esforço de implementação do *repricing* de forma a reflectir o custo do risco e de liquidez, e o aumento da taxas de margem financeira dos recursos à ordem.

O acréscimo dos outros proveitos líquidos em 43,5%, decorre da actividade do Private Banking em Portugal encontrando-se associado, essencialmente, ao aumento das comissões relacionadas com fundos de investimento que permitiram compensar o decréscimo das comissões relacionadas com produtos estruturados, com património sob gestão e com operações de bolsa.

O aumento das dotações para imparidade do crédito está relacionado com o agravamento da carteira de crédito com sinais de imparidade, nomeadamente na actividade desenvolvida pelo Private Banking em Portugal.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 5.578 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, comparando com os 5.809 milhões de euros atingidos em 30 de Junho de 2010, suportados na diminuição dos recursos fora de balanço, dado o acréscimo de 2,0% registado nos depósitos de clientes.

O crédito a clientes totalizou 1.288 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, decrescendo face a 30 de Junho de 2010, como resultado da redução do crédito concedido pelo Private Banking em Portugal.

<i>Milhões de euros</i>	30 Jun. 11	30 Jun. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	9,5	12,1	-21,5%
Outros proveitos líquidos	15,1	10,5	43,5%
	24,6	22,6	8,8%
Custos operacionais	16,4	16,4	0,0%
Imparidade	30,4	20,6	47,8%
Contribuição antes de impostos	(22,3)	(14,4)	-
Impostos	(6,5)	(4,0)	-
Contribuição líquida	(15,8)	(10,4)	-
Síntese de indicadores			
Capital afecto	56	59	-5,6%
Rendibilidade do capital afecto	-57,3%	-35,6%	
Riscos ponderados	856	907	-5,6%
Rácio de eficiência	66,7%	72,6%	
Crédito a clientes	1.288	1.307	-1,5%
Recursos totais de clientes	5.578	5.809	-4,0%

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Negócios no Exterior

A contribuição líquida do segmento Negócios no Exterior, considerando o critério de segmentação geográfica, ascendeu a 95,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, comparando com uma contribuição líquida de 46,1 milhões de euros apurada no período homólogo de 2010.

O aumento da margem financeira em 18,0% face ao primeiro semestre 2010 foi suportado no desempenho da globalidade das operações no exterior à excepção do Millennium bcp Bank & Trust, incorporando não apenas o efeito volume, mas também o efeito taxa de juro associado à subida das taxas de juro.

O decréscimo dos outros proveitos líquidos reflecte, essencialmente, a diminuição registada nos resultados em operações financeiras, com particular destaque para os resultados cambiais, consubstanciado no desempenho das operações desenvolvidas na Polónia e em Moçambique.

O decréscimo dos custos operacionais no primeiro semestre de 2011, face ao período homólogo de 2010, decorre, em parte, dos custos operacionais relevados no primeiro semestre de 2010 relacionados com as actividades desenvolvidas na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram parcialmente alienadas, permitindo colmatar o aumento dos custos operacionais na generalidade das operações no exterior com excepção da Grécia.

A redução das dotações para imparidade do crédito, em 30,4% face ao período homólogo, está associada ao menor nível de provisionamento relevado em todas as geografias com excepção da Grécia.

O *gap* comercial registou uma melhoria, face a 30 de Junho de 2010, tendo o crescimento dos depósitos de clientes suplantado o aumento do crédito a clientes. Os recursos totais de clientes aumentaram 6,8%, totalizando 16.546 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, sendo de destacar o desempenho favorável dos depósitos de clientes e dos seguros de capitalização. O crédito concedido a clientes cresceu 1,9%, ascendendo a 16.907 milhões de euros em 30 de Junho de 2011, beneficiando do desempenho do crédito a particulares, e reflectindo o crescimento verificado na generalidade das operações (com excepção da Grécia, do Banque Privée na Suíça e do Millennium bcp Bank & Trust).

<i>Milhões de euros</i>	30 Jun. 11	30 Jun. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	297,0	251,8	18,0%
Outros proveitos líquidos	166,8	189,7	-12,1%
	463,9	441,5	5,1%
Custos operacionais	290,0	296,9	-2,3%
Imparidade	61,5	88,3	-30,4%
Contribuição antes de impostos	112,4	56,3	99,6%
Impostos	17,4	10,2	69,9%
Contribuição líquida	95,0	46,1	106,2%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.293	1.406	-8,0%
Rendibilidade do capital afecto	14,8%	6,6%	
Riscos ponderados	14.848	14.754	0,6%
Rácio de eficiência	62,5%	67,3%	
Crédito a clientes	16.907	16.599	1,9%
Recursos totais de clientes	16.546	15.495	6,8%

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

A implementação de um conjunto de medidas que visam o reforço do capital e a melhoria da posição de liquidez do Banco, compreendendo a realização do aumento de capital, a aprovação de uma emissão de dívida com garantia do Estado no montante de 1,75 mil milhões de euros, o esforço de captação de recursos de balanço, a gestão criteriosa da concessão de crédito com o objectivo de redução do *gap* comercial, a apresentação do plano estratégico de gestão de capital e liquidez ao Banco de Portugal no âmbito dos compromissos assumidos no programa de assistência financeira a Portugal, por um lado, e a continuação das iniciativas tendentes à implementação do novo modelo de negócio, o alinhamento de preçários face ao aumento do risco e à evolução do custo de *funding*, a política de proximidade aos Clientes e a promoção da inovação como pilar estratégica chave e vantagem competitiva determinante, destacam-se como os acontecimentos mais relevantes na actividade do Millennium bcp durante o 2.º trimestre de 2011. Merecem saliência:

- Realização da Assembleia Geral Anual do Millennium bcp em 18 de Abril de 2011, tendo estado presentes accionistas detentores de 53,39% do capital. Destaque para as seguintes deliberações: (1) Aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2010; (2) Aprovação da proposta de aplicação de resultados do exercício; (3) Aprovação de novos Estatutos, permitindo ajustar e harmonizar o Contrato Societário às alterações que têm vindo a ocorrer no Código das Sociedades Comerciais e no Código dos Valores Mobiliários; (4) Aprovação de uma operação de aumento de capital, num valor que poderia oscilar entre 1,12 e 1,37 mil milhões de euros; e (5) Eleição dos novos membros para os órgãos sociais do Banco.
- Conclusão com sucesso do aumento de capital social de 4.694.600.000 euros para 6.064.999.986 euros, envolvendo as seguintes componentes: (i) 120.400.000 euros, por incorporação de reservas de prémio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal; (ii) 990.147.000 euros, por entradas em espécie de 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal; (iii) 259.852.986 euros, por aumento de capital reservado a accionistas, no exercício dos respectivos direitos de preferência.
- Decisão de accionar o processo legalmente previsto para a concessão de garantia do Estado a emissão de dívida, nos termos do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro, tendo sido apresentado ao Banco de Portugal o pedido de aprovação respectiva, para garantia do Estado a um financiamento através da emissão de valores mobiliários de dívida não subordinada, no montante de 1,75 mil milhões de euros, com um *spread* a determinar com referência às condições de mercado, e um prazo até 3 anos.
- Realização de Assembleia Geral Extraordinária de Accionistas do Millennium bcp em 27 de Junho de 2011, tendo estado presentes accionistas detentores de 50,48% do capital. Foram tomadas as seguintes deliberações: (1) Aprovação de alteração ao artigo 5.º do contrato de sociedade, por aditamento de um novo n.º 6, com relação a processos de concessão de garantias do Estado ao abrigo do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro; (2) Aprovação da supressão do direito de preferência dos accionistas em eventual aumento ou aumentos de capital, designadamente através de acções preferenciais, a deliberar pelo Conselho de Administração Executivo no âmbito do regime jurídico das garantias do Estado citado no ponto anterior.
- Renúncia de Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, bem como todos os demais cargos sociais que exercia no Grupo ou em representação deste, na sequência de ter aceitado integrar o Governo da República de Portugal enquanto Ministro da Saúde.
- Estabelecimento de um Protocolo de parceria entre o Microcrédito Millennium bcp e o Instituto Politécnico de Lisboa com o objectivo de identificar, desenvolver e cultivar o espírito empreendedor junto dos alunos, levando-os a optar pela via da criação do próprio emprego.
- Atribuição do prémio “Melhor Banco em Portugal” ao Millennium bcp pela revista EMEA Finance.
- Atribuição do prémio “Most Innovative Bank” em Portugal ao ActivoBank, no âmbito dos World Finance Banking Awards 2011.

- Atribuição ao Millennium bcp Microcrédito pela Hanson Wade do “MicroFinance Recognition Award” na categoria *Commitment to social and financial transparency*.
- Atribuição ao Bank Millennium, na Polónia, de um galardão para “Melhor Acção de Publicidade em Redes Sociais” na gala “2010 Brand and Marketer”, organizada pela revista polaca “Media & Marketing”.
- Atribuição do prémio “Melhor Grupo Bancário Moçambicano 2011” pela publicação World Finance ao Millennium bim.
- Atribuição do prémio “Melhor Grupo Bancário em Angola 2011” pela revista World Finance ao Banco Millennium Angola.
- Atribuição do prémio “Effie”, uma importante distinção atribuída numa das mais reconhecidas competições da indústria publicitária, ao Millennium bank, na Roménia, pela Campanha de Crédito de Habitação “Happiness”, lançada no final de 2010.
- Na sequência da redução da notação de *rating* de longo prazo da República Portuguesa em três níveis (*notches*), de “A-” para “BBB-”, a Fitch anunciou a 5 de Abril de 2011 que procedeu à revisão da notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A., em dois *notches*, de “BBB+” para “BBB-”, enquanto a notação de *rating* de curto prazo foi revista de “F2” para “F3”.
- Na sequência da redução da notação de *rating* de longo prazo da República Portuguesa de “A3” para “Baa1”, a Moody’s anunciou a 6 de Abril de 2011 que procedeu à redução da notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. (BCP) de “A3” para “Baa3”, enquanto a notação de *rating* de curto prazo foi revista de “P-2” para “P-3”. A notação de BFSR (*Bank Financial Strength Rating*) foi revista de “D+” para “D”. As notações de *rating* permanecem sob observação para uma possível revisão em baixa.
- A agência de *rating* DBRS iniciou a cobertura de *rating* do BCP, tendo atribuído em 14 de Junho de 2011 um *rating* de longo prazo de BBB (*high*) e um *rating* de curto prazo de R-2 (*high*), ambos com tendência negativa. A DBRS atribuiu também uma avaliação intrínseca ao BCP de BBB.
- A agência de *rating* Standard & Poor’s (S&P) anunciou em 15 de Junho de 2011 que as notações de *rating* do BCP deixaram de estar em observação com implicações negativas (*negative CreditWatch*). A S&P anunciou a manutenção dos *ratings* do BCP de longo prazo em “BBB-” e de curto prazo em “A-3”, com *outlook* “negativo”. Em simultâneo, a S&P reviu a avaliação intrínseca do BCP (*stand-alone credit profile*) de “bbb-” para “bb+”.

Acontecimentos posteriores ao final do 2.º trimestre de 2011

- Distinção do Millennium bcp com o prémio de Melhor Relatório de Gestão em 2010, com o Relatório e Contas 2009, pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE).
- Distinção da marca Millennium bcp e Médis na cerimónia de prémios Superbrands que distinguem anualmente as marcas com maior poder, reconhecimento e confiança junto dos portugueses.
- Atribuição do prémio “Melhor Banco em Angola” pela revista Euromoney ao Banco Millennium.
- Na sequência do *downgrade* do *rating* da República Portuguesa em quatro *notches*, de “Baa1” para “Ba2”, a agência Moody’s Investors Service reduziu os *ratings* atribuído à dívida garantida pelo Estado Português de quatro bancos portugueses em 7 de Julho de 2011. O *rating* atribuído à dívida do BCP garantida pelo Estado foi reduzido de “Baa1” para “Ba2”. Ainda como consequência da redução da notação de *rating* de longo prazo da República de Portugal, a Moody’s, em 15 de Julho de 2011, procedeu também à revisão das notações de *rating* de diversos bancos portugueses, anunciando que as notações de *rating* do BCP foram reduzidas em um *notch*, de “Baa3/P-3” para “Ba1/NP”, permanecendo sob observação com possível revisão em baixa.
- Divulgação dos resultados do teste de esforço (*stress test*) realizados em 2011 no espaço da União Europeia, conduzidos pela Autoridade Bancária Europeia, em cooperação com o Banco de Portugal, o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Comité Europeu do Risco Sistémico. A estimativa do rácio de capital Core Tier I do Banco Comercial Português foi de 5,4% no final de 2012, considerando um cenário adverso, em comparação com 5,9% no final de 2010. Este resultado já incorpora os efeitos do aumento de capital concluído em Junho de 2011, mas não incorpora futuras medidas de mitigação planeadas pelo Banco Comercial Português.

“Disclaimer”

Este documento não representa uma oferta de valores mobiliários para venda no Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão ou em qualquer outra jurisdição. Não podem ser vendidas ou oferecidas acções nos Estados Unidos a não ser que as mesmas estejam registadas de acordo com o “US Securities Act” de 1933 ou se encontrem isentas de tal registo. Qualquer oferta pública de valores mobiliários efectuada nos Estados Unidos, Canadá, Austrália ou Japão teria que ser efectuada por meio de um prospecto com informação detalhada sobre a empresa e sua gestão, incluindo as Demonstrações Financeiras.

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (‘IFRS’) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros seis meses de 2010 e 2011 foram objecto de uma revisão limitada efectuada pelos Auditores Externos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

**Demonstração dos Resultados Consolidados
para o período de seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e 2010**

	<u>30 Junho 2011</u>	<u>30 Junho 2010</u>
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	1.938.677	1.636.856
Juros e custos equiparados	<u>(1.130.968)</u>	<u>(931.897)</u>
Margem financeira	807.709	704.959
Rendimentos de instrumentos de capital	1.108	19.087
Resultado de serviços e comissões	401.109	404.991
Resultados em operações de negociação e de cobertura	(9.020)	319.980
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	30.045	(5.423)
Outros proveitos de exploração	<u>4.933</u>	<u>9.091</u>
	1.235.884	1.452.685
Outros resultados de actividades não bancárias	<u>9.725</u>	<u>8.564</u>
Total de proveitos operacionais	1.245.609	1.461.249
Custos com o pessoal	417.575	424.214
Outros gastos administrativos	283.989	301.094
Amortizações do exercício	<u>47.945</u>	<u>51.552</u>
Total de custos operacionais	<u>749.509</u>	<u>776.860</u>
	496.100	684.389
Imparidade do crédito	(562.127)	(384.177)
Imparidade de outros activos	(42.120)	(20.393)
Imparidade do goodwill	-	(73.565)
Outras provisões	<u>37.916</u>	<u>(20.266)</u>
Resultado operacional	(70.231)	185.988
Resultados por equivalência patrimonial	23.994	28.887
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	<u>(4.447)</u>	<u>(2.554)</u>
Resultado antes de impostos	(50.684)	212.321
Impostos		
Correntes	(42.184)	(28.508)
Diferidos	<u>221.507</u>	<u>6.761</u>
Resultado após impostos	<u>128.639</u>	<u>190.574</u>
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Accionistas do Banco	88.398	163.240
Interesses que não controlam	<u>40.241</u>	<u>27.334</u>
Lucro do período	<u>128.639</u>	<u>190.574</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2011 e de 2010 e 31 de Dezembro de 2010

	30 Junho 2011	31 Dezembro 2010	30 Junho 2010
	(Milhares de Euros)		
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.254.872	1.484.262	1.149.109
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.308.829	1.259.025	1.016.118
Aplicações em instituições de crédito	2.786.291	2.343.972	1.239.636
Créditos a clientes	73.708.984	73.905.406	75.920.346
Activos financeiros detidos para negociação	3.929.229	5.136.299	3.671.978
Activos financeiros disponíveis para venda	3.546.695	2.573.064	2.570.369
Activos com acordo de recompra	18.353	13.858	74.609
Derivados de cobertura	328.074	476.674	581.780
Activos financeiros detidos até à maturidade	6.371.734	6.744.673	5.834.514
Investimentos em associadas	333.662	397.373	428.233
Activos não correntes detidos para venda	1.012.735	996.772	1.922.777
Propriedades de investimento	515.686	404.734	418.616
Outros activos tangíveis	596.410	617.240	625.690
Goodwill e activos intangíveis	396.791	400.802	463.403
Activos por impostos correntes	28.874	33.946	31.312
Activos por impostos diferidos	961.459	688.630	605.886
Outros activos	2.618.098	2.533.009	2.438.912
	<u>99.716.776</u>	<u>100.009.739</u>	<u>98.993.288</u>
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	20.659.486	20.076.556	16.779.325
Depósitos de clientes	47.728.831	45.609.115	44.072.444
Títulos de dívida emitidos	15.070.178	18.137.390	19.573.724
Passivos financeiros detidos para negociação	1.069.437	1.176.451	1.495.234
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.754.905	4.038.239	4.687.815
Derivados de cobertura	447.704	346.473	395.806
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	969.040
Provisões	208.583	235.333	254.605
Passivos subordinados	1.449.340	2.039.174	1.988.449
Passivos por impostos correntes	11.823	11.960	2.028
Passivos por impostos diferidos	645	344	4.107
Outros passivos	1.948.814	1.091.228	1.471.084
	<u>92.349.746</u>	<u>92.762.263</u>	<u>91.693.661</u>
Capitais Próprios			
Capital	6.065.000	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	(79.508)	(81.938)	(88.721)
Prémio de emissão	71.722	192.122	192.122
Acções preferenciais	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	9.853	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	(357.273)	(166.361)	46.965
Reservas e resultados acumulados	57.294	(190.060)	(165.128)
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	88.398	301.612	163.240
	<u>6.855.486</u>	<u>6.749.975</u>	<u>6.843.078</u>
Total de Capitais Próprios atribuíveis ao Grupo			
Interesses que não controlam	511.544	497.501	456.549
	<u>7.367.030</u>	<u>7.247.476</u>	<u>7.299.627</u>
Total de Capitais Próprios	<u>99.716.776</u>	<u>100.009.739</u>	<u>98.993.288</u>